

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Si Ka Lon:

- 1. Quais os diplomas legais, que em concreto, serão abrangidos pelo grupo de trabalho para a produção jurídica no mecanismo de coordenação central? Será que estes incluem os projectos relativos à actualização urbana?**

No sentido de concretizar o mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) elaborou orientações sobre os circuitos operacionais internos, para fornecer aos serviços e entidades públicos de modo a que estes as apliquem nos trabalhos de produção das leis e regulamentos administrativos.

De acordo com as orientações, caso o organismo promotor entenda que é necessário recorrer à produção legislativa, o mesmo tem de apresentar a proposta legislativa ao Secretário que o tutela, da qual constem as informações relevantes para ponderação sobre a necessidade de se proceder à produção legislativa, incluindo: os dados históricos e as dificuldades reais existentes, o motivo da apresentação da proposta legislativa, o objectivo principal a alcançar, as diversas propostas para alcançar os objectivos estabelecidos, as suas vantagens e desvantagens, a indicação da proposta que sugere adoptar, bem como a necessidade ou não da constituição do grupo de

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

trabalho para a produção jurídica, entre outros. Recebida a proposta legislativa, os serviços da área da justiça, para além de procederem à análise técnico-jurídica do respectivo conteúdo, apresentam sugestões e os respectivos fundamentos quanto à produção do projecto legislativo dever caber ao próprio organismo promotor, ou ao grupo de trabalho para a produção jurídica, tendo em consideração diversos factores, nomeadamente a importância dos projectos legislativos, a amplitude dos assuntos envolvidos, a complexidade das técnicas legislativas, a data prevista para a entrada em vigor dos diplomas legais e os recursos humanos necessários. Os projectos legislativos poderão ou não ser accionados, podendo ser ou não necessária a constituição do grupo de trabalho para a produção jurídica para efeito de elaboração dos projectos de diplomas legais, decisão que cabe, em última instância, ao Chefe do Executivo.

Como se pode ver, a produção legislativa na forma de elaboração dos projectos de diplomas legais por um grupo de trabalho para a produção jurídica é decidida consoante cada caso. O Governo da RAEM irá ponderar a entrega de alguns projectos legislativos com um carácter político-legislativo mais forte e com técnica mais exigente para elaboração conjunta pelo grupo de trabalho para a produção jurídica constituída conjuntamente pelo pessoal dos serviços da área da justiça e dos serviços responsáveis pela promoção das políticas, cabendo a elaboração dos restantes projectos

**Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da
Administração e Justiça**

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

legislativos aos serviços responsáveis pela promoção das políticas, e aos serviços da área da justiça a emissão de parecer.

**Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da
Administração e Justiça**

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Chan Meng Kam:

2. Como estão os trabalhos de investigação sobre o estabelecimento de uma zona de pesca no Lago Sai Van?

A pesca é uma actividade de lazer. Actualmente, considerando a procura da população, o arboreto de Coloane e a ciclovia da Ponte de Sai Van, na Taipa, dispõem de zonas de pesca para os cidadãos poderem fruir da pesca nos tempos livres. No futuro, ao adicionar e ampliar outros espaços de lazer costeiros, o IACM terá em consideração o aumento de zonas de pesca em locais que reúnam condições, com vista a satisfazer as necessidades da população.

Actualmente, os passeios, situados na periferia do Lago Nam Van e do Lago Sai Van, são estreitos, e há cada vez mais circulação de pessoas. No passado, houve peões que sofreram ferimentos por lançamento de canas de pesca por pescadores e quebra de fios eléctricos por anzóis que não só danificam equipamentos públicos como ainda podem ameaçar a vida dos cidadãos. Por outro lado, é possível que a obra de grande escala do metro ligeiro, na zona de Macau, afecte as águas do Lago de Nam Van e do Lago de Sai Van. Assim, nesta fase, não há condições suficientemente seguras para o estabelecimento de zonas de pesca nos referidos Lagos.

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Kou Hoi In:

- 3. Deverá o Governo tomar em consideração o “Plano” para proceder à programação global, no sentido de adoptar políticas e medidas e fazer leis e de harmonizar as acções dos diversos secretários e serviços para elevar a eficiência dos procedimentos administrativos, optimizando o ambiente do investimento e do comércio, bem como intensificando a importação e a admissão de quadros qualificados?**

O quarto Governo da RAEM reafirmou a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer como a orientação de desenvolvimento a cumprir, apresentando os objectivos políticos e o planeamento das acções em todas as áreas de governação nos âmbitos da habitação, desenvolvimento, solidariedade e boa governação. Com vista à implementação dos respectivos planeamentos e à prossecução dos objectivos das acções governativas com eficácia, o Governo da RAEM procede, de modo dinâmico, a acções de acompanhamento e implementação tanto ao nível da elaboração das políticas como ao nível da sua execução, recorrendo a mecanismos de coordenação e harmonização global.

Relativamente ao planeamento e tomada de decisão ao nível do topo, foi criada a “Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer” cujo presidente é o Chefe do Executivo, à qual compete, em especial, realizar estudo e traçar o planeamento global

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

sobre a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer na RAEM, bem como coordenar a elaboração do respectivo plano de desenvolvimento. Com o planeamento global e os mecanismos de coordenação e tomada de decisão, é assegurado que os planos de acção estejam em harmonia com os alvos globais e que os mesmos estejam implementados pelos respectivos serviços funcionais de acordo com a divisão de trabalho.

No que diz respeito à promoção da reforma da administração pública, o Governo da RAEM toma como ponto de partida a racionalização de quadros e simplificação administrativa, coordenando, através da Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública, o planeamento e a implementação de um conjunto de tarefas inerentes à revisão e impulsionamento da reforma da administração pública, nos campos da estruturação da Administração Pública, regime da função pública, prestação de serviços públicos e governo electrónico. Para o acompanhamento dos respectivos trabalhos, foi actualmente criado um mecanismo para o acompanhamento do andamento do programa governativo ao nível do Gabinete do Chefe do Executivo, dos gabinetes dos secretários e dos serviços funcionais. Pretende-se, com a prestação regular e a vários níveis (dos subordinados para seus superiores hierárquicos) de informações sobre o andamento, acompanhar de modo eficaz todas as acções governativas e proceder atempadamente à harmonização e tratamento dos problemas eventualmente suscitados ao longo do processo de execução.

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

No processo do desenvolvimento das acções no âmbito da construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o Governo da RAEM beneficiará em primeiro lugar os residentes e as empresas locais através da optimização permanente da qualidade dos serviços públicos e da elevação contínua da eficiência administrativa.

Para atingir os respectivos objectivos, o Governo da RAEM irá impelir os serviços públicos no sentido destes optimizarem as suas actividades e os seus fluxos internos, com vista a uma optimização dos fluxos dos serviços interdepartamentais mais solicitados e de maior interesse para os residentes, bem como aqueles que se prendem com a vida quotidiana dos residentes e a economia. Em 2016, proceder-se-á à optimização dos processos da emissão de documentos comprovativos no âmbito da Direcção dos Serviços de Identificação, Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e Direcção dos Serviços de Finanças, bem como à melhoria dos 18 processos de licenciamento interdepartamentais.

Com base na optimização dos fluxos de serviços interdepartamentais, desenvolver-se-á uma “plataforma de gestão dos serviços públicos” destinada à gestão dos serviços próprios de cada serviço público e dos serviços interdepartamentais. Assim, os residentes poderão ter acesso às informações, através de uma única plataforma, sobre as formalidades administrativas, apresentando requerimentos e consultando o ponto de situação dos seus pedidos.

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões às quais não foi dada resposta

譯本
TRADUÇÃO

Acrescenta-se que, para além da prestação de serviços através do Centro de Serviços da RAEM e da internet (Portal do Governo da RAEM e páginas electrónicas dos serviços públicos), mais meios serão disponibilizados para o efeito, incluindo uma maior aplicação de quiosques de serviços automáticos, de modo a facilitar o acesso aos serviços para os residentes.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Ma Chi Seng:

- 4. Em face do aumento da comunicação entre os trabalhadores dos serviços públicos e do volume de trabalho, quais são as medidas tendentes ao aperfeiçoamento da técnica de comunicação dos trabalhadores e à promoção das suas capacidades para lidar com o *stress*?**

Em face do desenvolvimento socioeconómico da RAEM e das exigências mais elevadas dos serviços públicos por parte dos residentes, o Governo da RAEM tem estimulado os trabalhadores dos serviços públicos para prosseguirem no aperfeiçoamento contínuo e aprendizagem permanente de modo a promoverem as suas qualidades e competências, bem como para elevar o nível na prestação de serviços e para responder às solicitações dos residentes.

A Administração define anualmente, de acordo com as necessidades de cada serviço público, o plano de formação que programa a organização dos cursos de formação profissional, técnicas de gestão e demais cursos específicos destinados aos trabalhadores de todos os níveis. É dada muita importância à aplicabilidade dos cursos, de forma a possibilitar aos trabalhadores dos serviços públicos o emprego dos conhecimentos adquiridos nos cursos no desempenho das suas funções e a fazer face às necessidades do desempenho.

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

Tomando em conta as orientações globais de “ter por base a população e prestar serviços de qualidade” do Governo da RAEM, a Administração constata que o contacto entre os trabalhadores dos serviços públicos e o cidadão passa a ser cada vez mais intensificado e que os trabalhadores da frente, em especial, sofrem um determinado *stress* no desempenho das suas funções. Assim, torna-se necessário reforçar as capacidades de comunicação e as técnicas de aliviar o *stress*, de modo poderem melhor desempenhar as suas funções. Para o efeito, a Administração tem organizado cursos destas matérias e destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos. Foram organizados, a partir da reunificação, mais de 640 cursos referentes à comunicação e técnicas de atendimento e resposta, com cerca de 15.000 formados.

Com vista a facilitar a vida aos trabalhadores dos serviços públicos no sentido destes poderem adquirir conhecimentos sobre o alívio do *stress* a todo o momento e em qualquer local, a Administração disponibiliza na plataforma de aprendizagem na internet para os trabalhadores dos serviços públicos de Macau as matérias para autodidacta, nomeadamente “Lidar com o *stress*”、 “Gestão do *stress* autodidacta”、 “Técnica de comunicação”, para que os trabalhadores possam adquirir técnicas de gestão do *stress* e de comunicação de acordo com as suas necessidades e no momento que lhes for mais conveniente.

Face ao célere desenvolvimento socioeconómico, os residentes são cada vez mais exigentes em relação aos serviços prestados pela Administração,

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

o que contribui para agravar de certo modo o *stress* dos trabalhadores dos serviços públicos. Assim, à medida que se empenha de modo contínuo na elevação da qualidade de serviço, o Governo da RAEM não deixa de prestar muita atenção à saúde física e psicológica dos trabalhadores dos serviços públicos, recorrendo a medidas em diferentes campos para ajudar os mesmos no alívio do *stress* psicológico e na ocorrência de perturbações emocionais.

Antes de mais, a Administração tem organizado cursos e palestras sobre o alívio emocional e *stress* destinados aos trabalhadores dos serviços públicos, incluindo-se nestes, cursos de alívio do *stress* destinados especialmente aos trabalhadores da frente e das forças de segurança pública, de modo a sensibilizar os trabalhadores dos serviços públicos para a importância da saúde psicológica, facultando aos mesmos conhecimentos sobre a origem do *stress* e técnicas de alívio do mesmo.

Seguidamente ao estabelecimento da RAEM, foram organizados para os trabalhadores dos serviços públicos cerca de 90 cursos sobre o alívio do *stress* e aproximadamente 80 palestras e *workshops*, totalizando mais de 7.600 participantes.

Para além das medidas ao nível de cognição, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública tem disponibilizado, desde Outubro de 2013, serviços personalizados de alívio psicológico, para ajudar os trabalhadores dos serviços públicos na atenuação das suas perturbações

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

decorrentes de problemas psicológicos e de emoções pessoais, diagnosticando o mais cedo possível a origem dos problemas e diminuindo os seus efeitos negativos para os mesmos trabalhadores, de modo a evitar a deterioração dos problemas e a recuperar o mais breve possível a sua vida normal. Até à data, foram prestados serviços de aconselhamentos a 109 trabalhadores em 568 consultas, sendo considerados completos 76 casos.

Mais vale prevenir que remediar e reparar subsequentemente. Assim, tem a Administração envidado os maiores esforços, com base nos trabalhos já desenvolvidos, nas acções de sensibilização da saúde psicológica junto dos trabalhadores e dos serviços públicos, de modo a reforçar a sua cognição e capacidade de identificação dos diversos problemas emocionais e do *stress*, para que os mesmos saibam os respectivos métodos de alívio e meios para pedir auxílio, de maneira que todos possam melhor conhecer e ser alertados dos problemas psicológicos, dirimindo as crises emocionais eventualmente existentes.

Além dos serviços de aconselhamento psicológico, a Administração também organiza, todos os anos, actividades recreativas, desportivas e culturais com vista a enriquecer a vida pós-laboral dos trabalhadores públicos. Foi criado o “Grupo de Apoio” composto por trabalhadores para a realização de actividades de afecto, com vista a promover o espírito de solidariedade e o valor positivo no âmbito da equipa dos trabalhadores dos serviços públicos.

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

Nos primeiros três trimestres de 2015, foram organizadas cerca de 200 acções culturais, recreativas e desportivas destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos, com a participação de 18.000 trabalhadores aproximadamente. Foram também realizadas 101 visitas domiciliárias.

E, relativamente aos trabalhadores dos serviços públicos, nomeadamente os dos níveis inferiores com carência económica, foram estabelecidas medidas de apoio financeiro de carácter complementar por parte da Administração, no intuito de aliviar os seus encargos de subsistência.

De facto, o Governo da RAEM tem vindo a atribuir, desde finais de 2013, vários subsídios de apoio financeiro de carácter complementar aos trabalhadores dos níveis inferiores ou para aqueles que têm carência, incluindo o “subsídio de subsistência”, “subsídio para reparação de veículos” e “subsídio para serviços de teleassistência ‘Peng On Tong’”. A partir do lançamento destas medidas, foi concedido a 103 trabalhadores dos serviços públicos com carência económica o “subsídio de subsistência”, a 34 trabalhadores o “subsídio para reparação de veículos” e a 71 trabalhadores “subsídio para serviços de teleassistência ‘Peng On Tong’”.

No âmbito das três novas medidas de apoio financeiro lançadas no corrente ano e que têm por destinatários trabalhadores dos serviços público dos níveis inferiores, foram recebidos 1.946 pedidos de subsídios apresentados por 1.314 trabalhadores. De entre este pedidos, 551 estão

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

relacionados à concessão do subsídio de despesas de infância, 1294 no âmbito do subsídio para estudos complementares dos filhos e 101 relativos ao subsídio de lar para idosos aos ascendentes. O número de requerentes está de acordo com o previsto.

Por outro lado, o Governo da RAEM lançará o “mecanismo de gestão de queixas apresentadas por trabalhadores dos Serviços Públicos” com vista a impelir os serviços públicos no sentido de processar de forma séria e imparcial as queixas apresentadas pelos seus trabalhadores, solucionar as perturbações do pessoal no desempenho das suas funções, intensificar a mútua confiança entre os trabalhadores e os serviços públicos, bem como criar um ambiente de trabalho harmonioso, o que permitirá aos trabalhadores exercerem as suas funções de modo aliviado e feliz.

A Administração considera as medidas supracitadas como contributivas para atenuar de certo modo as pressões de subsistência e o *stress*, decorrente do desempenho das funções, dos trabalhadores dos serviços públicos.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Ng Kuok Cheong:

- 5. A Secretária assume as responsabilidades que deve assumir? Como pode efectivar as responsabilidades administrativas e disciplinares? Como pode efectivar as responsabilidades pela tomada das políticas? Como pode restaurar o sistema de responsabilização dos altos funcionários de acordo com o princípio de transparência? A Secretária Sónia Chan poderá fornecer as respectivas informações complementares?**

A “Lei de Bases da Orgânica do Governo” e a “Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos”, bem como o “Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau” e as “Normas de Conduta dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau”, ambos aprovados em 2010, estabelecem o âmbito das competências dos titulares dos principais cargos, a sua sujeição à direcção e à tutela do Chefe do Executivo, bem como a assunção das responsabilidades correspondentes nos termos da lei.

Além disso, o Governo da RAEM promulgou sucessivamente as “Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia” e “Disposições complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia”, bem como o modelo de “Relatório de apreciação do desempenho do pessoal de direcção”, aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

n.º 305/2013, diplomas que regulam em pleno o provimento, atribuições, competências e deveres do pessoal de direcção e chefia, bem como o regime da apreciação do desempenho do pessoal de direcção e os respectivos indicadores.

O Governo da RAEM aplica escrupulosamente as normas constantes dos diplomas supramencionados, visando obrigar os titulares dos cargos de diferentes categorias a cumprirem os respectivos deveres e assumirem as responsabilidades. Aqueles que apresentam bom desempenho serão louvados e aqueles que cometem erros no exercício das funções ver-se-ão obrigados a fazer autocrítica, melhoria e correcção em relação às questões suscitadas. Caso existam infracções, serão efectivadas as respectivas responsabilidades legais nos termos da lei, independentemente de serem pessoal de direcção em efectividade de funções, aposentado ou pessoal que tenha regressado ao seu lugar de origem.

No futuro, o Governo da RAEM continuará a prosseguir no aperfeiçoamento do regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção, introduzindo, com base na avaliação dos serviços públicos em vigor, um mecanismo de investigação e apreciação por terceira parte independente. Com isto, o público em geral poderá supervisionar a qualidade do serviço público e, por outro lado, permite servir como base de padrões científicos e objectivos de apreciação do desempenho, bem como da fundamentação para a avaliação do desempenho do pessoal de

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

direcção, combinando o desempenho dos titulares dos cargos com os resultados da avaliação de execução de políticas e da qualidade do serviço.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

6. **Em face de um mecanismo que beneficia os funcionários dos níveis superiores em detrimento dos dos níveis inferiores, sugiro que só se proceda ao aumento das remunerações dos trabalhadores dos serviços públicos dos níveis inferiores. Queria perguntar, no caso de uma futura actualização das remunerações, poderá o Governo considerar apenas o aumento da remuneração dos trabalhadores dos níveis inferiores?**

Relativamente ao vencimento dos trabalhadores dos níveis inferiores, o vencimento actual dos trabalhadores dos serviços públicos é o produto do índice de vencimento correspondente à respectiva carreira, categoria e escalão vezes o valor do índice de vencimento. Caso a actualização de vencimento só se aplique aos trabalhadores dos serviços públicos dos níveis inferiores, o sistema de remuneração em vigor será quebrado, pois existem certas dificuldades relativas à sua operacionalidade. Nesta conformidade, o Governo da RAEM arrancou em 2015 com o estudo sobre o “regime de actualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública por escalas salariais”, tendo sido efectuada uma análise sobre a divisão das escalas salariais e as suas dificuldades. Em 2016, avançará no sentido de efectuar uma análise profunda, com vista a encontrar um projecto preliminar sobre a “actualização de remunerações por escalas salariais” em conjugação com as acções da revisão sobre o regime das carreiras.

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

É de referir que o significado do “regime de actualização das remunerações por escalas salariais” traduz-se para efeitos de actualização das remunerações em que, os trabalhadores dos serviços públicos são divididos em vários níveis segundo determinados critérios, a cada um dos quais é aplicada uma taxa própria. A aplicação deste regime torna a actualização de remunerações mais flexível mas não tem por objectivo único atribuir aos trabalhadores de certo nível uma taxa de aumento mais elevada.

No entanto, o Governo da RAEM tem atendido à situação dos trabalhadores dos serviços públicos dos níveis inferiores que auferem uma remuneração reduzida, procurando ajudá-los no sentido de aliviar as suas pressões, decorrentes da subsistência mediante diferentes medidas. Além das três medidas de apoio financeiro - a saber: “subsídio de subsistência”, “subsídio para reparação de veículos” e “subsídio para serviços de teleassistência ‘Peng On Tong’ - implementados a partir dos finais de 2013, foram lançadas, em 15 de Julho do corrente ano, novas medidas de apoio financeiro, que são “subsídio de despesas de infância”, “subsídio para estudos complementares dos filhos” e “subsídio de lar para idosos aos ascendentes”, medidas que se destinam a reforçar o apoio aos trabalhadores dos serviços públicos dos níveis inferiores que auferem uma remuneração reduzida. No futuro, o Governo da RAEM procederá oportunamente a uma revisão, no sentido de prestar apoio e definir medidas de concessão de subsídios de acordo com as necessidades dos

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

trabalhadores dos serviços públicos, com vista a ajudar os trabalhadores dos serviços públicos dos níveis inferiores com remuneração reduzida em todos os vectores.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Vitor Cheung Lup Kuan:

7. Irá o Governo ponderar sobre a questão do regime de certificação dos juízes?

Quando a Secretária para a Administração e Justiça respondeu à pergunta levantada pelo Deputado Tong Io Cheng sobre as diferenças existentes, em termos de qualidade, entre os magistrados e sobre o andamento das acções legislativas relativas à Lei de Bases da Organização Judiciária, respondeu, ao mesmo tempo, à questão acima referida, afirmando que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau vai planear a alteração da Lei de Bases da Organização Judiciária e sublinhando que a reforma judiciária se foca, principalmente, na aceleração dos procedimentos para o tratamento dos casos e que, provisoriamente, não vai abranger a qualificação quanto ao exercício da profissão de magistrado.

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Zheng Anting:

8. Como pode ajudar os residentes de Macau no exterior no exercício do seu direito de voto?

As eleições da Assembleia Legislativa são consideradas um dos eventos políticos de maior relevância no Território. O Governo da RAEM está muito atento às acções organizativas das eleições e envida esforços para melhor organizar os trabalhos em cumprimento das leis eleitorais.

A Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa em vigor não contém normas sobre a instituição de assembleias de voto em territórios fora de Macau. E a lei, por sua vez, regula todos os elementos sobre o processo de votação, nomeadamente a determinação das assembleias de voto, funcionamento, tarefas das mesas das assembleias de voto, modo de votação, polícia da assembleia de voto, segurança das assembleias de voto e contagem dos boletins de voto. Todas estas matérias são reguladas de modo claro, de maneira a assegurar a justiça e a imparcialidade do processo.

Nos termos da lei, o Chefe do Executivo deve marcar a data das eleições para a Assembleia Legislativa com, pelo menos, 180 dias de antecedência e as eleições só podem efectuar-se ao domingo ou a um feriado. Estas normas são definidas para facilitar a votação por parte dos eleitores.

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

O Governo da RAEM recebeu opiniões sobre a instituição de assembleias de voto em territórios fora de Macau e efectuou análises neste sentido. De acordo com os elementos constantes do caderno de recenseamento exposto no passado mês de Janeiro de 2015, de entre os 282.588 eleitores inscritos e com capacidade eleitoral, 705 declaram que têm residência habitual fora do Território de Macau, o que representa 0,25% do universo dos eleitores inscritos. E estes eleitores são distribuídos em 10 países ou territórios, a saber: Estados Unidos da América, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Índia, Portugal, Austrália, Interior da China, Taiwan e Hong Kong. E aqueles que têm residência habitual no Interior da China distribuem-se em três províncias / municipalidades directamente dependentes do Governo Central.

Para instituir assembleias de voto no ultramar, seria necessário ponderar os aspectos normativos e processuais, nomeadamente os elementos de recenseamento eleitoral no ultramar, transporte dos boletins de voto, número de assembleias de voto e respectiva localização, recursos humanos, bem como despesas com a realização das eleições.

A instituição de assembleias de voto no ultramar implicaria um aumento extraordinário do orçamento para eleições, para além da colocação de pessoal para trabalhar no exterior por parte do órgão responsável por assuntos eleitorais. Tendo em consideração as incertezas relativamente à coordenação e cooperação com os órgãos locais, Hong Kong, que é também uma região administrativa especial, não providenciou a votação

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

no exterior. Depois de ponderados vários factores de uma forma integrada, o Governo da RAEM não considera, neste momento, a introdução de normas neste sentido na redacção das leis eleitorais.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

Deputado José Maria Pereira Coutinho:

- 9. Respeitante ao regime de responsabilização dos altos funcionários: gostaria de dirigir aqui uma pergunta à Senhora Secretária. O Governo zelou pelo cumprimento, no âmbito do regime de responsabilização dos altos funcionários, do Regulamento Administrativo n.º 24/2010, artigo 3.º, alínea 6)? Além disso, ao abrigo da Ordem Executiva n.º 112/2010 que obriga os titulares dos cargos a observarem as regras, queria perguntar à Senhora Secretária, se será possível demitir imediatamente os trabalhadores dos serviços públicos? Ou só se deve demiti-los apenas quando as infracções forem consideradas criminais?**

O Governo da RAEM está sempre atento ao aperfeiçoamento e implementação do regime de responsabilização dos titulares dos cargos. Nos termos do Regulamento Administrativo n.º 24/2010 (Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau) e da Ordem Executiva n.º 112/2010 (Normas de conduta dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau), os titulares dos principais cargos respondem politicamente perante o Chefe do Executivo, sujeitam-se à direcção e à tutela do Chefe do Executivo, dirigem, superintendem ou orientar os serviços ou entidades sob sua tutela com vista a colaborar o Chefe do Executivo na definição e execução das políticas das várias áreas de governação,

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

cumprem os princípios de obediência à lei, de governação científica, de gestão eficiente e de honesto e dedicação para com o público, sem prejuízo das suas responsabilidades civil, financeira e penal, nos termos da lei.

No exercício das suas funções de direcção ou tutela dos serviços ou entidades que lhes estão subordinados, os titulares dos principais cargos devem assegurar que os serviços subordinados apreendem e implementam de forma correcta, evitando erros na tomada de decisões, insuficiência na implementação de medidas e atraso na execução de políticas, sob pena de assumirem perante o Chefe do Executivo a responsabilidade relativamente ao insucesso dos serviços ou entidades sob sua tutela na execução das políticas superiormente definidas.

Com vista a assegurar que os dirigentes cumpram adequadamente as suas atribuições, o Governo da RAEM define de modo esclarecido as responsabilidades dos mesmos com as “Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia”, pondo em execução o “regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção”, nos termos do qual, os titulares dos cargos principais procedem à apreciação anual do desempenho do pessoal de direcção dos serviços subordinados.

Ao pessoal de direcção que se distinga pelas suas qualidades profissionais e excepcional desempenho, conforme os resultados da

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

apreciação, pode ser atribuído público louvor e/ou prémio de desempenho.

A comissão de serviço dos titulares de cargos de direcção pode ser dada por finda, quando o seu desempenho enquanto pessoal de direcção não se revela satisfatório, nomeadamente com fundamento: na não comprovação superveniente da capacidade adequada a garantir a execução das orientações superiormente fixadas ou na não realização dos objectivos previstos; no incumprimento das regras relativas às garantias de imparcialidade da Administração Pública e na prática de infracção disciplinar em que seja aplicada pena de multa ou superior.

Além disso, o pessoal de direcção que não cumpra as suas atribuições, em termos de pôr em causa as políticas adoptadas ou a sua execução, pode ser alvo de censura. A censura pode traduzir-se em reparo público ou, em situações de especial censurabilidade, na exoneração do cargo sem direito a compensação, em qualquer dos casos mediante despacho do Chefe do Executivo, ouvido o visado.

Neste sentido e na actualidade, em matéria de responsabilização dos titulares dos cargos no âmbito do Governo da RAEM, foi instituído um regime que esclarece o poder-dever, as relações de superintendência e prémio-sanção. Assim, o Governo da RAEM observará com rigor os respectivos diplomas legais, no sentido de atribuir louvor e/ou prémio ao pessoal com bom desempenho. E, relativamente ao pessoal com

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

desempenho insatisfatório ou ao pessoal que infrinja a lei, serão aplicadas sanções ou medidas correctivas, até serem efectivadas as suas responsabilidades jurídicas. Com isto se pretende melhorar de forma contínua o desempenho dos titulares dos cargos e promover o desempenho global da acção governativa.

No futuro, o Governo da RAEM continuará a aperfeiçoar o regime de apreciação do desempenho, integrando formalmente a apreciação por terceira parte no regime de avaliação do desempenho do pessoal de direcção e sua promoção a diversos níveis e áreas dos serviços públicos. Assim, o público em geral poderá supervisionar a qualidade do serviço publico e, por outro lado, permite servir como base de padrões científicos e objectivos de apreciação para a avaliação do desempenho do pessoal de direcção. A combinação do desempenho do pessoal de direcção, com os resultados da avaliação de execução de políticas e da qualidade do serviço, torna o regime de responsabilização mais científico, justo e operacional.

Relativamente à demissão de trabalhadores dos serviços públicos, o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (ETAPM) em vigor prevê de modo claro os deveres e as consequências advindas de sua violação. Aos trabalhadores dos serviços públicos são aplicáveis, pela prática de infracções disciplinares, as penas de repreensão escrita, multa, suspensão, aposentação compulsiva e demissão.

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

De entre estas penas, nos termos do artigo 315.º do ETAPM, as penas de aposentação compulsiva ou de demissão serão aplicáveis, em geral, às infracções que inviabilizem a manutenção da situação jurídico-funcional, nomeadamente àqueles que praticarem actos de insubordinação ou de indisciplina graves ou incitarem à sua prática ou que violarem segredo profissional ou cometerem inconfidências de que resultem prejuízos materiais ou morais para a Administração ou para terceiro. No tratamento das negligências ou infracções disciplinares praticadas por trabalhadores dos serviços públicos, o Governo da RAEM cumpre rigorosamente a legislação e mecanismos em vigor, observando os princípios da justiça, da imparcialidade e da não discriminação.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

- 10. O Governo vai considerar alterar a situação actual em que os casos são investigados pelas próprias pessoas da Secretária ou pelos próprios serviços? Espera-se que haja uma investigação independente. Em relação ao CCAC, qual é a situação de corrupção em Macau? Sugiro ao Governo que refira ao regime de combate à corrupção de Singapura.**

Esta questão não está relacionada às competências da nossa área, pelo que vai ser transferida para o CCAC.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

11. Faltam aos trabalhadores dos serviços públicos do Governo de Macau garantias de aposentação. O método de cálculo da retroactividade dos descontos para a antiguidade deve ser alterado?

Esta pergunta já foi respondida pela Sra. Secretária na sessão de debate das LAG. O assunto em causa será estudado a par da revisão do regime jurídico da função pública.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Leong Veng Chai:

12. Qual será a metodologia para a constituição dos órgãos municipais sem poder político? Serão estes órgãos umas outras comissões de consulta?

O Governo da RAEM formou um grupo de trabalho constituído por dirigentes e juristas provenientes de vários serviços para desenvolver o respectivo estudo.

Nos termos da Lei Básica, os órgãos municipais serão incumbidos pelo Governo de servir a população, designadamente nos domínios da cultura, recreio e salubridade pública, bem como de dar pareceres de carácter consultivo ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau, sobre as matérias acima referidas. Além disso, será necessário articular-se com a orientação política da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer e da “plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e desempenhar um papel nestas matérias. Neste sentido, ao definir as funções específicas dos órgãos municipais, proceder-se-á em simultâneo à racionalização e optimização das funções, estruturação e alocação de recursos dos serviços públicos com atribuições intimamente ligados às daqueles, com vista a atingir o alvo de desenvolvimento coordenado. Até ao momento, não se chegou ainda à conclusão final no âmbito do estudo sobre os órgãos municipais

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

sem poder político, pois o grupo de estudo procede presentemente às análises relativas à sua criação.

Numa próxima fase, o grupo de estudo continuará a desenvolver acções de investigação relativas à preparação da criação dos órgãos municipais sem poder político. É previsível que as sugestões preliminares sejam adoptadas no segundo semestre de 2016 e postas à consultação junto de todos os sectores da comunidade. E o projecto será definido com base nas opiniões amplamente recolhidas.

**Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das
Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e
Justiça**

譯本
TRADUÇÃO

Deputado Chan Iek Lap:

13. Relativamente à questão da gripe aviária, devem ou não as autoridades reforçar a fiscalização no âmbito da importação?

Com vista a prevenir a gripe aviária, foram encerrados os aviários em Macau, em 2003, e foram encerradas, gradualmente, as lojas de venda de aves de capoeira vivas, situadas no exterior dos Mercados. Actualmente, todas as aves vivas para consumo em Macau são importadas do interior da China. As aves vivas importadas por Macau, têm de apresentar um documento comprovativo de higiene e só saem do Mercado Abastecedor para venda, após inspecção sanitária do IACM. As aves vivas que saem do Mercado Abastecedor devem ser abatidas no próprio dia.

Embora se possa reduzir eficazmente o risco de contaminação, através da inspecção sanitária das aves vivas importadas, esta inspecção é feita por amostragem, sendo impossível garantir que todas as aves vivas importadas não estejam contaminadas com o vírus da gripe aviária. Por isso, se os cidadãos forem contaminados pelo vírus da gripe aviária no Território ou caso se verifique este vírus nas aves vivas importadas ou no ambiente de venda a retalho de aves vivas, apenas se pode suspender temporariamente a actividade de transacção das aves vivas.

Em 2014, foi detectado, sucessivamente, o vírus do subtipo da gripe aviária H7 em amostras de aves de capoeira vivas retidas no mercado

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

abastecedor e nas bancas de venda a retalho destas aves no mercado, tendo, nessa altura, sido adoptadas, imediatamente, medidas de contingência, de suspensão, durante mais de 60 dias, do fornecimento de aves de capoeira vivas em Macau.

Nos últimos dias, na província de Guangdong, foi descoberto o primeiro caso de infecção humana pelo vírus do subtipo H7N9 da gripe aviária no Inverno de 2015. Segundo as informações disponíveis, foram registados no interior da China mais de 670 casos de infecção humana pelo vírus do subtipo H7N9 da gripe aviária, com uma taxa de mortalidade que se situa nos 35%. A maioria dos casos de transmissão ao ser humano do vírus do subtipo H7N9 da gripe aviária estão relacionados com o contacto com as aves doentes ou mortas por doença.

Embora Macau tenha uma dimensão reduzida, constitui uma das cidades com maior densidade populacional a nível mundial, e face ao desenvolvimento fluorescente do turismo, grande número de turistas visitam Macau diariamente. Da observação da forma de venda a retalho através do abate de aves vivas em vários mercados tradicionais de Macau, verifica-se que existem oportunidades de contacto dos residentes com aves vivas, o que aumenta o risco da sua propagação na comunidade e abre uma brecha na prevenção contra essa transmissão.

No combate à gripe aviária, que se torna cada vez mais severa, a redução de contactos entre o público e as aves de capoeira vivas constitui uma

Respostas às questões colocadas e não respondidas no debate das Linhas de Acção Governativa para 2016 - área da Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

estratégia importante para a prevenção da transmissão da gripe aviária ao ser humano. Assim, Macau necessita de alterar o modelo de venda de aves vivas, cortando a cadeia de transmissão da gripe aviária a humanos através da política de “separação entre humanos e aves”, para reduzir a probabilidade de surto de ocorrência da epidemia na comunidade. Para isso, o Governo da RAEM está a desenvolver uma consulta pública, com a duração de 60 dias, sobre a política de “substituição de abastecimento de aves de capoeira vivas por aves refrigeradas”, desejando ouvir as opiniões da população em geral e esperando que esta política possa corresponder ao desenvolvimento da cidade de Macau e às necessidades dos seus residentes.

Resposta à questão não respondida na sessão de debate das Linhas de Acção Governativa para 2016

Em relação à questão apresentada pelo Sr. Deputado José Pereira Coutinho na sessão de debate das Linhas de Acção Governativa, de 24 de Novembro de 2015, enviada a este Commissariado a coberto do officio n.º 232/V/GPAL/2015 da Assembleia Legislativa, cumpre-nos informar:

Nos termos da Lei Orgânica do Commissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, o exercício da competência administrativa e disciplinar relativamente ao pessoal do Serviço do Commissariado compete ao Comissário contra a Corrupção. O Comissário contra a Corrupção pode mandar proceder a averiguações internas, sem prejuízo da existência de eventual responsabilidade criminal. A par disso, por despacho do Chefe do Executivo, de 23 de Julho de 2001, foi criada a Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do Commissariado contra a Corrupção, competindo à referida Comissão analisar e fiscalizar as queixas de natureza não criminal contra o pessoal do Commissariado contra a Corrupção e emitir recomendações dirigidas ao Chefe do Executivo.

As acções do CCAC no âmbito do combate à corrupção têm vindo a ser desenvolvidas de forma estável e ordenada nos últimos anos, o CCAC

tem sempre insistido, na sua actuação anti-corrupção, numa estratégia simultânea de combate e prevenção. Desta forma, a par da investigação e tratamento dos casos de corrupção, este organismo tem vindo a esforçar-se na divulgação de mensagens de prevenção da corrupção junto dos cidadãos. O CCAC tem mantido contactos estreitos com organizações internacionais no âmbito do combate à corrupção e participado activamente em actividades de cooperação e intercâmbio com o exterior, tendo como referência a experiência de vários países e regiões por forma a proporcionar formação profissional ao seu pessoal e assim contribuir para a criação de uma equipa de funcionários públicos da RAEM íntegra, cumpridora da lei e altamente eficiente, bem como para o reforço da construção de uma sociedade igualmente íntegra na RAEM.

Aos 16 de Dezembro de 2015.

Comissariado contra a Corrupção